

PMS	FMLF	GERIN
BIBLIOTECA		
Jornal		
Correio da Bahia		
Data		
30/10/07		
Caderno	Página	
Bahia Salvador	105	
Assunto		
Festa Popular		
Carnaval		

MPE cobra rigor no repasse de verbas para o Carnaval

Convênios entre órgãos públicos e blocos serão feitos de forma direta, sem a mediação de associações

Alexandre Lyrio

Paulo M. Azevedo

Os órgãos envolvidos na organização do Carnaval de Salvador ouviram ontem recomendação expressa do Ministério Público Estadual (MPE). Por meio da coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, promotora Rita Tourinho, o MPE diz que não vai admitir fraudes na prestação de contas das verbas de convênios, destinadas principalmente para os blocos afros, afoxés e de percussão. Representantes dos órgãos de turismo, além das secretarias municipal e estadual de Cultura, foram alertados sobre como deve se dar os novos convênios entre o setor público e as entidades carnavalescas.

Para moralizar a utilização das verbas, Rita Tourinho recomenda que os convênios não sejam mais firmados com as associações a que as entidades carnavalescas são filiadas, e sim diretamente com os blocos. "Isso facilita a prestação de contas no final. Até o ano passado, as associações distribuíam as verbas. Agora, com cada um gerindo o seu projeto, o rigor é mui-



to maior", acredita a promotora.

Para Rita Tourinho, a mediação das associações favorecia o desvio do dinheiro. "A gente sabe que o desvio existe, inclusive com a apresentação de notas fiscais frias. Trata-se de verba pública e com verba pública não se brinca", dispara a promotora, adiantando que as entidades que ainda não prestaram contas do Carnaval 2007 não terão direito ao patrocínio em 2008.

Os organizadores do Carnaval prometem cumprir as recomendações do MPE à risca. Ainda que se trate da maior festa popular do planeta, para a qual não há legislação específica, os responsáveis pela folia prometem fazer com que as verbas cheguem direto aos blocos, exigindo toda a documentação prevista. "A coisa deve ser feita da forma mais profissional possível", defende a presidente da

A promotora Rita Tourinho (centro) advertiu os presidentes da Bahiatura e da Emtursa sobre repasses no Carnaval

Empresa de Turismo da Bahia (BahiaTursa), Emília Silva. "O repasse direto intimida a fraude", concorda o presidente da Empresa de Turismo S/A (Emtursa), Misael Tavares.

Favorecimentos não serão tolerados

A promotora Rita Tourinho também exige mais critério na distribuição das quantias destinadas para cada entidade carnavalesca, sem que se tolere disparates nos valores dos patrocínios, com favorecimento de um ou de outro. "A gente não entende o porquê de alguns blocos receberem um valor 'X', e os outros serem contemplados com uma quantia

'Y', cinco vezes maior. Quais os critérios utilizados nesse repasse? O que é levado em conta?", questiona a promotora.

Rita Tourinho também solicita atenção total dos órgãos públicos para uma prática condenável: a duplicidade de convênios, segundo a promotora, deve ser combatida de forma implacável. "Conhecemos vários casos de uma mesma entidade que firma convênios

com o município e o estado ao mesmo tempo", denuncia.

A nova forma de repasse de verbas exige mais organização e profissionalismo dos próprios blocos. O MPE considera que os convênios realizados para o Carnaval são normalmente feitos a partir de projetos precários e mal elaborados pelas entidades. Além disso, a maioria utiliza as as-

sociações para cumprir as exigências de documentação.

"As próprias entidades têm que se profissionalizar. Elas já têm *know-how* suficiente para lidar diretamente com esse dinheiro, de preferência elaborando projetos mais completos. Se elas não têm condição de firmar esse tipo de convênio, que não saiam no Carnaval", recomenda a promotora.

Blocos estão divididos

Os blocos dividem-se quanto aos rigores propostos pelo Ministério Público na execução dos convênios. Enquanto as entidades de maior porte estão de acordo com a prática, por se considerarem competentes para elaborar seus projetos e gerir a própria ver-

ba, os blocos menores argumentam não ter condições de apresentar sequer a documentação requerida. "Quando isso fica centralizado numa só entidade fica muito mais fácil de vencer o processo burocrático", observa Valdemir Oliveira, diretor do bloco Alertamen-

te Negra, previsto para desfilar no Circuito Batatinha, no Centro Histórico.

O presidente do afro Ilê Ayê, Vovô do Ilê, diz que no passado o bloco até serviu de repassador de verbas para outros afros, como numa espécie de associação. Agora, de-

fende a profissionalização para que passem a gerir as próprias verbas. "As entidades devem se estruturar para receber esse dinheiro. Somente os que cumprem as exigências devem sair no Carnaval. O repasse direto é muito mais transparente", sustenta Vovô.

DUPLICIDADE

COM A REUNIÃO de ontem, a promotora Rita Tourinho quer evitar que aconteçam duplicidades, como a denunciada em maio deste ano, quando a bancada de oposição na Câmara de Vereadores ingressou com uma representação contra a Bahiatura e a Emtursa – que patrocinaram, juntas, o concurso para escolha do Rei Momo, símbolos e da rainha do Carnaval 2007, num valor total de R\$495.805,13. O

órgão estadual havia formalizado convênio com a instituição jurídica Fiptur (Feira Internacional do Turismo), pertencente a Gorgônio Loureiro, diretor de novos negócios da Emtursa, no valor total de R\$375.805,13. Já a empresa municipal havia liberado pagamento para o Fórum Internacional de Comunicação Ecologia e Turismo (Ficet), também pertencente a Loureiro, num valor de R\$120 mil.